

CGE-MT

Atuação da Macrofunção Auditoria Governamental em 2020



MAURO MENDES FERREIRA
Governador do Estado de Mato Grosso

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Vice-Governador

EMERSON HIDEKI HAYASHIDA
Secretário-Controlador Geral do Estado

JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO
Secretário Adjunto de Auditoria e Controle

EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

JOELCIO CAIRES DA SILVA ORMOND
Superintendente de Auditoria

NORTON GLAY SALES SANTOS
Superintendente de Desenvolvimento do
Controle

1

BRENO CAMARGO SANTIAGO
Superintendente de Controle

GILMAR SOUZA DA SILVA
Superintendente de Atos e Auditoria de Pessoal

APRIGIO GUILHERME MIRANDA DE FREITAS
Superintendente de Inteligência

Elaboração do Relatório
GISELE GUGEL
Gestora Governamental

SUMÁRIO

1. Visão Geral	03
2. Funções	04
3. Função Avaliação	04
3.1. Avaliação de Atividade	05
3.2. Avaliação da Entidade	06
3.3. Auditoria Operacional	06
3.4. Monitoramento	07
4. Função Consultiva	07
4.1. Atividade de Assessoramento	08
4.2. Atividade de Facilitação	10
4.3. Atividade de Treinamento	10
4.4. Atividade de Revisão	11
5. Função Apuração	12
6. Atendimento das Demandas Externas	15
7. Quantificação e registro dos benefícios financeiros potenciais e/ou efetivos do controle interno	15
8. Diagnóstico do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI	17

Atuação da Secretaria Adjunta de Auditoria e Controle em 2020

Objetivo: Demonstrar a atuação Secretaria Adjunta de Auditoria e Controle no exercício de 2020, através das Superintendências de execução programáticas vinculadas.

A Controladoria Geral do Estado – CGE, é órgão autônomo vinculado diretamente à Governadoria, instituição permanente e essencial ao Controle Interno do Poder Executivo Estadual, na forma dos arts. 70 e 74 da Constituição Federal e 52 da Constituição Estadual que consiste nas atividades de auditoria pública, de correição, de prevenção e combate à corrupção, de ouvidoria, de incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública e de proteção do patrimônio público.

1. VISÃO GERAL

A Secretaria Adjunta de Auditoria e Controle tem como missão contribuir para melhoria dos serviços públicos prestados através do aperfeiçoamento dos sistemas de controles. Sendo que sua forma de atuação pode ser classificada como **preventiva** e de **apuração**. No exercício de 2020, 96% dos trabalhos da atividade de Auditoria Governamental foram realizados de forma preventiva, conforme demonstrado no gráfico 1.

3



Gráfico 1 - Demonstra o quantitativo dos trabalhos entregues por forma de atuação.

2. FUNÇÕES

Segundo o Manual de Auditoria, a auditoria Interna Governamental pode ser dividida em 3 funções: Avaliação, Consultoria e Apuração. As funções de avaliação e a consultoria são as duas vertentes típicas da atividade de auditoria interna, já a apuração cumpre, juntamente com as duas anteriores, papel extremamente relevante, visto contribuir para que se apresentem respostas efetivas às violações de integridade, atendendo, dessa forma, uma forte expectativa social.

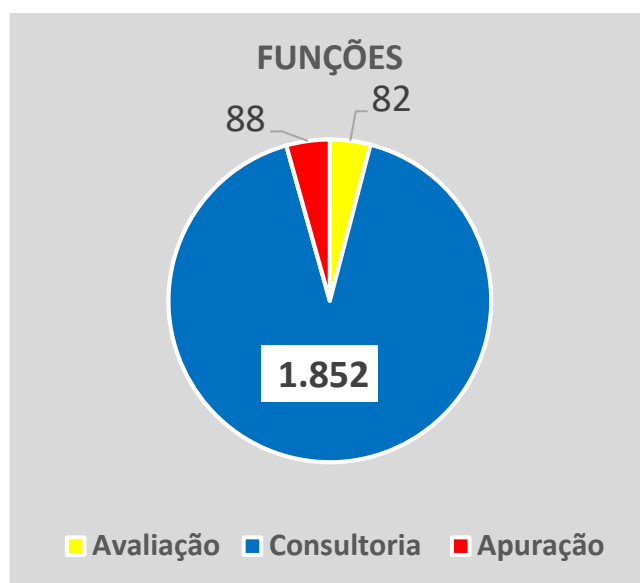


Gráfico 2 - Demonstra o quantitativo dos trabalhos entregues por função.

3. FUNÇÃO AVALIAÇÃO

A função de avaliação pode ser definida como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões e conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. Tem como objetivo verificar se os controles são efetivos e eficazes na mitigação dos riscos a eles associados, considerando como atua a alta administração na sua prerrogativa de responsável pela implementação de controles e posterior supervisão do seu funcionamento. A avaliação sobre os controles deve contemplar o alcance dos objetivos estratégicos, a confiabilidades e a integridade das informações, a salvaguarda de ativos e aspectos de conformidade com leis, entre outros. Para o exercício de 2020, foram elaborados 82 trabalhos na função avaliação cujo detalhamento está apresentado nas tabelas 1 e 2.

Avaliação
Órgãos
GABINETE DE GOVERNO
SEPLAG
MT PREV
SEFAZ
JUCEMAT
CGE
FAPEMAT
SEMA
SES
SETASC
MT SAÚDE
AGER
SEAF
SECITECI
INDEA
SESP
DESENVOLVE MT
EMPAER
DETRAN
MTI

Tabela 1 – Órgão atendidos.

Função Avaliação	
Avaliação de Entidade	6
Avaliação de Atividades	20
Auditoria Operacional	6
Monitoramento	50
Total de Produtos	82

Tabela 2 – Produtos entregues.

3.1. AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES

Dos 82 produtos desenvolvidos na função avaliação, 20 trabalhos correspondem a avaliação de atividades que buscam avaliar se os controles internos, em nível operacional, estão apropriadamente concebidos, na proporção requerida pelos riscos, e se funcionam de maneira contínua e coerente, alinhados com as respostas a riscos definidas pela administração nos níveis tático e estratégico da organização. Essas avaliações foram aplicadas nos órgãos indicados na tabela 1 e abrangem os assuntos sistêmicos indicados no gráfico 3.



Gráfico 3 – Assuntos na avaliação de atividades

3.2. AVALIAÇÃO DE ENTIDADE

Seis (06) trabalhos correspondem a avaliação de entidade que representa a avaliação global do sistema de controle interno da organização e busca diagnosticar a presença e o funcionamento de todos os componentes e elementos da estrutura de controle: Ambiente de Controle, Atividades de Controle, Informação e Comunicação, Gestão de Risco e Monitoramento. Essas avaliações foram realizadas nos seguintes órgãos: SESP, DETRAN, SEPLAG, MT SAÚDE, MTI e SES.

3.3. AUDITORIA OPERACIONAL

Outros seis (06) trabalhos tratam de auditoria operacional, que visa a fornecer novas informações, análises ou percepções e recomendações para aperfeiçoamento das atividades, programas e sistemas.

Dentre os trabalhos de auditoria operacional, destaca-se as auditorias realizadas na área de gestão de pessoas que foram voltadas para a análise de eficiência e eficácia na gestão da folha de pagamento do Poder Executivo Estadual.

Na primeira etapa do trabalho, a auditoria avaliou a gestão de gastos com pessoal no que se refere à capacidade da Administração de adequar-se aos limites de comprometimento de despesas com pessoal dentro do prazo máximo estabelecido pela legislação, bem como a capacidade de reposição dos quadros funcionais no médio e longo prazos, considerando-se ainda os efeitos de medidas de alto impacto implementadas ou em vias de implementação pela Gestão. Também foi realizada mensuração quantitativa do risco de novas extrapolações em múltiplos cenários.

Já num segundo momento, procedeu-se à análise de eficiência quanto à alocação de força de trabalho nas áreas da Administração Sistêmica dos órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como a proporção de servidores lotados na Área Meio desses órgãos em relação ao quantitativo total de força de trabalho disponível.

3.4. MONITORAMENTO

Ainda na função avaliação foram realizados 50 trabalhos de monitoramento que corresponde a última fase do processo de auditoria, constitui-se em uma avaliação das providências adotadas (ou não) pela unidade auditada em respostas às recomendações e determinações expostas no produto de auditoria. Essa atividade **alcançou todos os órgãos e entidades** do Poder Executivo Estadual. Destaca-se que, com esse trabalho foi possível aperfeiçoar os sistemas de controle interno, tendo como evidência o **nível de implementação das recomendações que passou de 31,8% em 2018 para 51,7% em 2020**. Quando somadas aquelas medidas que estão em fase de implementação **o índice de aderência às recomendações da CGE alcança 66,67%**, conforme demonstrado no gráfico 4.

O nível de aderência das recomendações expedidas pelo órgão de controle interno permite inferir o quanto as organizações compreendem, propõem e implementam as ações propositivas buscando a melhoria dos controles internos.

Quanto maior o nível de aderência, sinaliza maior o grau de envolvimento dos vários atores que atuam na instituição na busca efetiva de soluções capazes de corrigir, mitigar e sanar impropriedades abordados nos trabalhos de auditoria.

O nível de aderência das recomendações contribui para aferir o nível de maturidade das organizações com área de controle interno, gestão de risco e governança corporativa ao reconhecer e incentivar toda a sua equipe em diversos níveis da instituição adoção de providências que permitem assegurar controles internos mais robustos e eficazes. Ressaltamos que esse trabalho é desenvolvido pela equipe de monitoramento juntamente com as UNISECIs e respectivas equipes técnicas nas diversas Unidades Orçamentárias do Poder Executivo.

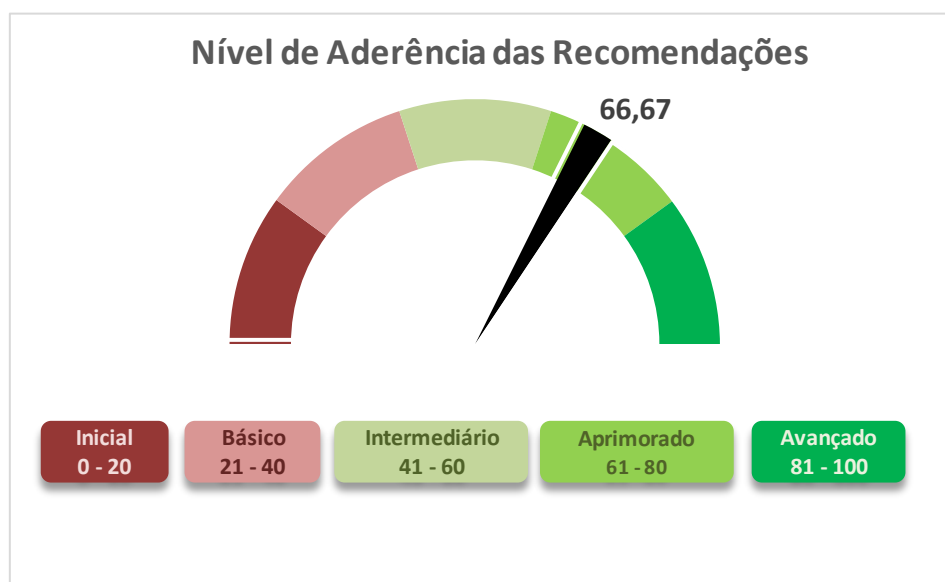


Gráfico 4. Nível de Aderência das Recomendações.
Fonte: Relatórios de Monitoramento emitidos em dezembro/2020.

4. FUNÇÃO CONSULTORIA

A segunda função refere-se à consultoria que compreende atividades de assessoramento, treinamento, facilitação e *revisão*. Essas atividades podem ser adaptadas para atender a problemas específicos identificados pelos órgãos e entidades, desde que não comprometam a autonomia técnica da CGE e a objetividade dos auditores.

No detalhamento dessa atividade incluem-se as orientações de caráter geral, as orientações emitidas em respostas ao canal Pergunte à CGE, a participação em comissões e reuniões temáticas, as capacitações através do programa CGE Orienta, as diversas revisões de processos de despesas, as tomadas de contas especial, as revisões dos sorteios do programa Nota MT, revisão dos beneficiários do auxílio emergencial da cultura e os processos de admissão de pessoal e de aposentadorias e pensões.

A tabela 3 demonstra a quantidade de produtos da função consultoria subdividida em cada sub-função e o gráfico 5 demonstra a participação percentual por sub-funções. Destaca-se que a função consultoria é a mais expressiva em termos números, sendo que em 2020, foram entregues 1852 produtos, valor esse que corresponde 91,6% dos trabalhos entregues.

Função Consultoria	
Assessoramento	762
Facilitação	9
Treinamento	23
Revisão	1058
Total de Produtos	1852

Tabela 3. Quantidade produtos por sub-função

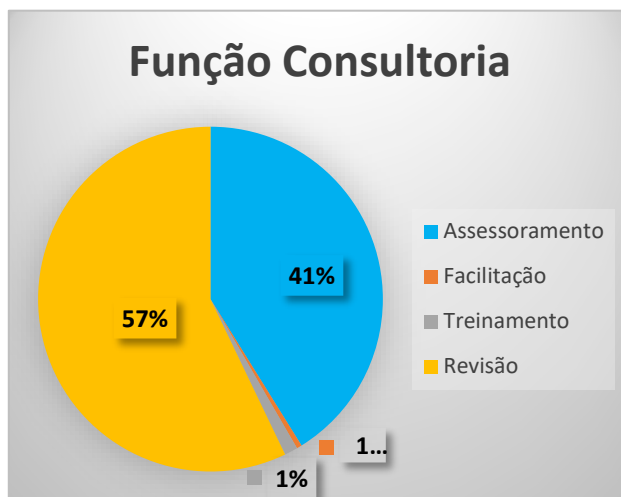


Gráfico 5. Função consultoria

Detalhamento da Função Consultoria



Gráfico 6 – Produtos da função consultoria

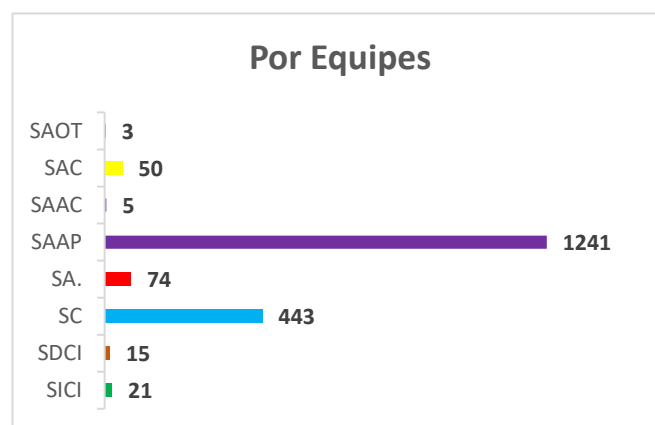


Gráfico 7 – Trabalho por equipe na função consultoria

4.1. ATIVIDADE DE ACESSORAMENTO

A atividade de assessoramento é uma das mais representativas da função consultoria. Estão compreendidos nessa atividade os processos que o órgão consultou a CGE, buscando orientação antes da tomada de decisão, bem como as consultas formuladas pelos diversos agentes públicos do Estado, através do canal Pergunte à CGE, acerca de dúvidas operacionais nos diversos temas, conforme demonstrado nas tabelas 4 e 5:

Atividade de Assessoramento			
Processos submetidos a análise da CGE		Orientações Canal Pergunte à CGE	
Gestão de Pessoas	12	Gestão de Pessoas	220
Contratações	4	Contratações	145
Financeiro	8	Financeiro	125
Convênios	6	Convênio	56
Contábil	1	Contabilidade	30
Obras	2	Obras	23
Patrimônio	1	Patrimônio	23
Orçamento	2	Orçamento	17
Tecnologia da Informação	1	Tecnologia da Informação	5
Previdenciário	1	Planejamento	7
Apoio Logístico	1	Apoio Logístico	4
Controle Interno	0	Controle Interno	13
Corregedoria	0	Corregedoria	50
Integridade	0	Integridade	2
Ouvidoria	0	Ouvidoria	3
Total	39	Total	723

Tabela 4 - Quantitativo dos assuntos abordados na função de consultoria, atividade assessoramento.

A tabela 5 apresenta as origens das demandas por assessoramento da Controladoria Geral do Estado. Observa-se que 762 demandas foram realizadas por 37 Unidades Administrativas, o que por si só já demonstra a confiança dos agentes públicos e servidores do Estado nesta especializada.

Origens das Consultas																		TOTAL	762
UNIDADE	SEDUC	SEFAZ	SESP	DETRAN	SEAF	SEPLAG	CASA CIVIL	SETAS C	SECEL	SES	AGER	SEMA	INDEA	MT SAÚDE	SECITE C	SINFRA	SEDEC	UNEMAT	CGE
Processos submetidos à CGE	4	5	6	2	0	5	2	0	1	3	0	1	0	0	2	2	1	1	1
Orientações Canal Pergunte à CGE	68	53	52	51	44	42	37	34	30	30	29	29	27	27	25	20	19	15	13
UNIDADE	MTI	MT PREV	PGE	JUCEMAT	METAMAT	EMPAER	INTERMAT	MT PAR	MUNICÍPIOS	FAPEMAT	IPEM	TODAS UG	DESEN VOLVE MT	ESGOV	SEJUDH	OUVIDORIA	FUNAC	PM	DEFENSORIA
Processos submetidos à CGE	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orientações Canal Pergunte à CGE	11	11	7	7	6	4	4	4	4	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1

Tabela 5 – Quantidade de Consulta por órgão

A tabela 6 qualifica melhor a origem dessas demandas. É possível observar que a média é de 21 demandas por órgão. Sendo que 14 órgãos se apresentam acima dessa média, destacando que SEDUC, SEFAZ, SESP e DETRAN realizaram em média 60 consultas à CGE. Outros 4 órgãos também apresentam bom nível de consultas, tendo realizado em média 41 consultas.

Na outra ponta, apresenta-se 23 órgãos que estão abaixo da média, sendo que seis apresentaram em média 16 consultas à CGE e outros 16 apresentaram somente 4 consultas cada.

Quantidade de Consultas	UNIDADES	Qde órgãos	Total de consultas	Média por órgão
ate 10	PGE JUCEMAT METAMAT EMPAER INTERMAT MT'PAR MUNICÍPIOS FAMEPAT IPEM DESENVOLVE-MT ESGOV SEJUDH OUVIDORIA FUNAC PM DEFENSORIA	16	57	4
de 11 a 20	SINFRA SEDEC UNEMAT CGE MTI MT-PREV	6	96	16
de 21 a 30	SECEL SES AGER SEMA INDEA MT-SAUDE SECITECI	7	204	29
de 31 a 50	SEAF SEPLAG CASA CIVIL SETASC	4	164	41
acima de 50	SEDUC SEFAZ SESP DETRAN	4	241	60
	TOTAL	37	762	21

Tabela 6 – Média de demandas por órgão

4.2. ATIVIDADE DE FACILITAÇÃO

Na atividade de facilitação os auditores internos governamentais utilizam seus conhecimentos para facilitar discussões sobre esses temas, sendo necessário, portanto, um maior envolvimento com a atividade em questão. No ano de 2020 os auditores da CGE estiveram envolvidos em 09 (nove) trabalhos dessa natureza, destacando-se a participação no Grupo de Trabalho Mobilidade Urbana, as discussões acerca da solução sobre o Veículo Leve sobre Trilhos, a Comissão para Estudo de PPP para o sistema Prisional, Gestão Patrimonial e Contábil, Grupo de trabalho do Manual de Recuperação de Valores, Plano de Recuperação Fiscal do Estado, Saneamento de Processos da extinta SECOPA, Gestão e Contabilização de Repasses ao MTI e Atualização das normativas relativas a transferências e convênios.

4.3. ATIVIDADE DE TREINAMENTO

Na atividade de treinamento decorre da identificação pelos auditores ou pelos gestores de oportunidades ou de necessidades de melhoria em processos de trabalho que podem ser proporcionadas por meio de atividades de capacitação conduzidas pela CGE.

O programa **CGE orienta: Estado Íntegro e Eficaz** teve no exercício de 2020, 1.913 pessoas capacitadas.

Inicialmente o programa foi planejado de forma presencial, contudo em razão da pandemia da Covid 19, a CGE reformulou o programa e em 13 de maio de 2020 apresentou o curso piloto, em modo online, com 64 pessoas inscritas e com 1.000 visualizações da gravação disponibilizada no Youtube.

O programa de capacitação apresentado pela internet teve de 7 ciclos, 14 cursos, 1.555 pessoas capacitadas e 12.938 visualizações no Youtube. Quando somado os 6 (seis) Workshop Virtual relacionados a qualidade de vida e 3 (três) cursos presenciais, alcança-se 1.913 profissionais capacitados e 16.678 visualizações no Youtube conforme tabela 2.

SISTEMA DE CAPACITAÇÃO DA CGE				
EVENTO	Modalidade	Data	Pessoas Capacitadas	You Tube
Treinamento/Oficina em Gestão de Documentos - Protocolo e Arquivo	Presencial	10/02/2020	27	
Análise Estatística de Dados Textuais	Presencial	27/02/2020	29	
Programa de Socialização do Conhecimento	Presencial	16/03/2020	26	
CGE Orienta - Piloto - Fiscalização de Contratos	online	13/05/2020	64	1000
CGE Orienta - 1º Ciclo - Integridade na Administração Pública	online	26/05/2020	49	938
CGE Orienta - 1º Ciclo - Reflexões sobre a ética nas organizações sob o prisma da integridade	online	26/05/2020		505
CGE Orienta - 1º Ciclo - Processo Administrativo de Inexecução Contratual	online	09/06/2020	89	727
CGE Orienta - 1º Ciclo - Gestão e Fiscalização de Contratos	online	09/06/2020	48	1000
CGE Orienta - 2º Ciclo - Controle Social nas Ações de Combate à COVID-19	online	10/06/2020	54	736
A Atuação da CGE para Agregar Valor aos Serviços Públicos	online	14/07/2020		1326
CGE Orienta - 3º Ciclo - Deveres, Proibições e Organização da Vida Funcional do Servidor	online	18/08/2020	109	1200
CGE Orienta - 3º Ciclo - PAIC / Produtividade, Comunicação e relacionamentos	online	19/08/2020	118	1100
WORKSHOP "UMA VIDA BOA É UMA VIDA ÉTICA"	online	14/09/2020	50	457
CGE Orienta - 4º CICLO - Gestão e Fiscalização de Contratos	online	22/09/2020	342	1.733
CGE Orienta - 4º CICLO - Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras	online	23/09/2020		1.647
CGE Orienta 5º Ciclo - Proteção de Dados Pessoais, Transparência e Informações Sigilosas	online	07/10/2020	295	1.000
CGE Orienta 5º Ciclo - Proteção de Dados Pessoais, Transparência e Informações Sigilosas	online	08/10/2020		764
WORKSHOP "Afastamento de Si Mesmo: A Vida como Mero Jogo de Imitação	online	19/10/2020	88	538
Outubro Rosa - Um Mês para ser Lembrado o ano Inteiro	online	27/10/2020	15	196
CGE Orienta 6º Ciclo – Estado Íntegro e Eficaz sobre o tema Tomada de Contas Especial.	online	13/11/2020	264	553
WORKSHOP Virtual - Mundo Pós-Pandemia: Previsões e Desafios	online	16/11/2020	39	149
CGE Orienta 7º - Principais Falhas que geram Responsabilização de servidores	online	25/11/2020	187	594
CGE ORIENTA 7º - Proced. Adm. De Responsabilização de Pessoas Jurídicas	online	26/11/2020		441
Total			1913	16.678

Tabela 7 – Capacitações ofertadas pela CGE

4.4. ATIVIDADE DE REVISÃO

A atividade de revisão, embora não se apresente na literatura como uma atividade típica de auditoria governamental, se constituiu em um componente da função consultoria que possui alta representatividade, pelo volume de trabalhos desenvolvidos e pela capacidade que proporcionar garantia de correção dos processos analisados.

Essa atividade decorre de determinação normativa, como a constantes em resolução do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que atribuiu a CGE a responsabilidade pela revisão dos processos de aposentadorias, pensões e de admissão de pessoal, bem como das Tomadas de Contas Especial. Decorre também de demandas dos gestores dos órgãos do Poder Executivo, que buscam a especialização do Auditor para revisão de processo específico.

Dentro da função consultoria, a atividade de Revisão, com 1.058 produtos realizados no ano de 2020, representa 57% dos trabalhos envolvidos. A tabela 8 e gráfico 8 apresentam a participação por objeto de revisão, em que é possível observar que os processos previdenciários representam 90% dessa atividade, enquanto todos os demais alcançam os outros 10%.

Objetos de Revisão	Quant. Produtos
Benefício Cultural	3
Sorteio Nota MT	19
Processos de Despesas	22
Apuração Superávit Financeiro	8
Tomada de Contas Especial	32
Admissão de Pessoal	21
Previdenciário	953
TOTAL	1058



Tabela 8 – Quantidade de objetos

Gráfico 8 – Participação percentual por objeto

O dado mais real da efetividade dessa atuação, está indicado pela redução dos números de falhas e erros observadas nesses processos, que se apresentavam no patamar de 70% antes da atuação da CGE e que, atualmente, com a revisão dos auditores, esse índice encontra-se em 4,54%.

5. FUNÇÃO APURAÇÃO

A terceira função é apuração e consiste na execução de procedimentos cuja finalidade é averiguar atos e fatos praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos. Trata-se de competência em sintonia com a essência das normas e dos regulamentos aplicáveis ao Sistema de Controle Interno, no sentido precípua de zelar pela correta aplicação de recursos públicos, ainda que, em alguns casos, exija a atuação específica e diferenciada dos serviços típicos da atividade de auditoria interna. A origem do trabalho de apuração pode ser tanto interna quanto externa a CGE (Governadoria, MPE, DECCOR, TCE e outros órgãos de controle e do Governo). A tabela 9 demonstra os trabalhos na função apuração, por tipo de atividade.

Tipo de Apuração	Quant. Produtos
Acompanhamento Simultâneo	11
Inspeção Folha Pagamento	20
Atuação aquisições COVID 19	46
Requisição órgão Investigação	11
TOTAL	88

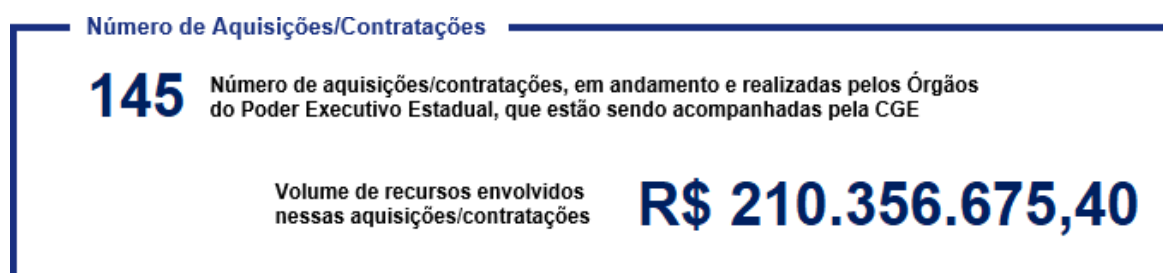
Tabela 9 – Atividades da função Apuração

Dentre os trabalhos de apuração realizados pela CGE, destacam-se as inspeções na folha de pagamento, incluindo-se as análises de indícios gerados pelo sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto a servidores que estariam descumprindo jornada de trabalho, assim como casos de servidores que descumpriam dedicação exclusiva de seus respectivos cargos. Ao final, verificou-se a existência de servidores que descumpriram dedicação exclusiva ou a jornada de trabalho, atuavam como microempreendedores ou sócios-administradores em empresas privadas e acumulavam cargos públicos de forma irregular.

Outro destaque na função apuração foi a atuação nas aquisições relacionadas ao enfrentamento da Pandemia do Coronavírus - COVID 19, em que foram concluídos 44 produtos de auditoria, além de outros 22 relatórios de preliminares (Pré-Auditoria).

Tendo em vista o disposto no Decreto 407, a CGE está acompanhando, de forma simultânea, as aquisições/contratações destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Conforme quadro abaixo, a CGE está realizando em 2020 o acompanhamento de 145 (cento e quarenta e cinco) aquisições/contratações, as quais totalizam aproximadamente 210 (duzentos e dez) milhões de reais.



O gráfico 9 resume o volume de recursos envolvidos nas aquisições/contratações por órgão.



Gráfico 9 – Resumo por órgão das contratações referente à Covid-19

Os gráficos 10 e 11 ilustram a atuação da CGE por volume de recursos e por número de contratos.

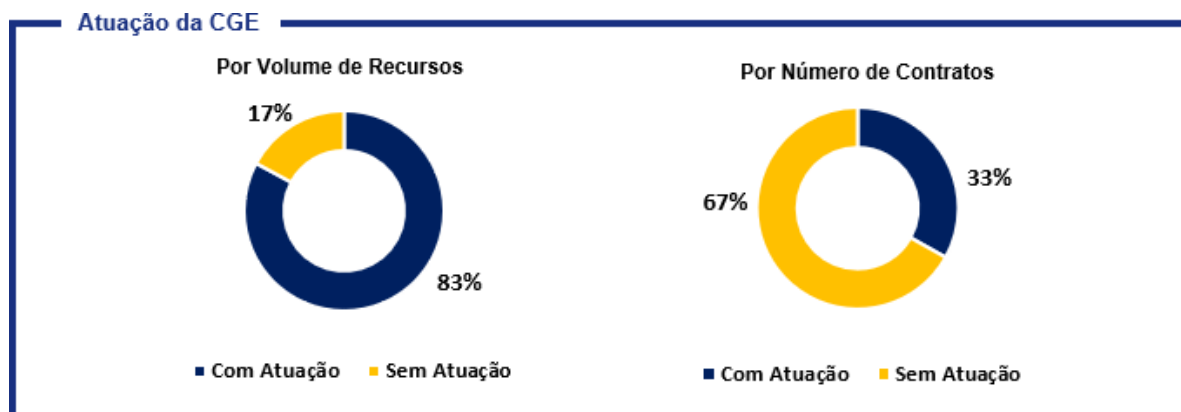


Gráfico 10 – Por volume de recursos

Gráfico 11 – Por número de contratos

O gráfico 12, sintetiza o trabalho de controle interno da CGE, por tipo de produto, referente as aquisições/contratações relativas a pandemia do COVID-19.

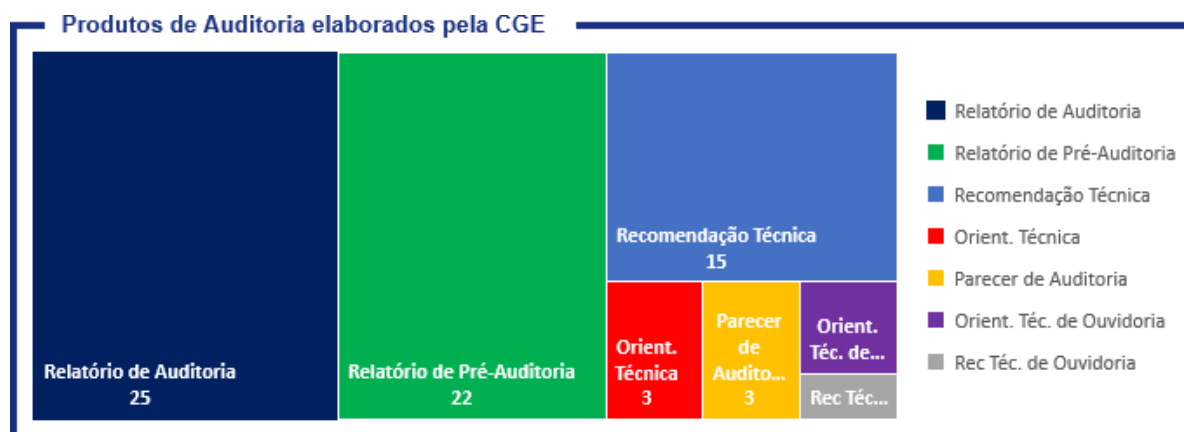


Gráfico 12 – Síntese do trabalho de controle da CGE sobre as aquisições relativa a COVID-19

6. ATENDIMENTO DE DEMANDAS EXTERNAS

Além das atividades desenvolvidas nas 3 (três) funções típicas de auditoria governamental, foram realizados atendimentos de 84 (oitenta e quatro) demandas externas, conforme demandantes indicados na tabela 10.

Origem da Demanda	Quant.	Origem da Demanda	Quant.
APROSOJA-MT	1	Ministério Público Estadual	35
Assembleia Legislativa	1	Ministério Público Federal	1
CGU	1	PGE-MT	1
CRC-MT	1	SEDUC-MT	2
Credito-9	1	SEFAZ-MT	1
CRF-MT	1	SEPLAG-MT	2
CRV-MT	1	SES-MT	4
DECCOR	4	SESP-MT	6
DEFAZ	8	TCE-MT	10
Lei de Acesso à Informação	3		
TOTAL			84

Tabela 10 – Atendimento de demandas externas

7. QUANTIFICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO CONTROLE INTERNO

A quantificação e registros dos benefícios financeiros e/ou efetivos do controle interno apresentada na Tabela 11 foi elaborada conforme metodologia estabelecida no Manual de Contabilização de Benefícios da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. O manual foi aprovado pela Portaria nº 1.276, de 05 de junho de 2017, que revogou a Portaria n.º 2.379/2012, e a Portaria n.º 4044, de 18 de dezembro de 2019, que instituíram a sistemática de quantificação e registro dos benefícios do controle interno e dos prejuízos identificados.

Destacamos abaixo alguns conceitos de acordo com o Manual de Contabilização de Benefícios da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO.

- **Benefício:** impactos positivos observados na gestão pública a partir da implementação, por parte dos gestores públicos, de orientações e/ou recomendações provenientes das atividades de controle interno, sendo, portanto, resultantes do trabalho conjunto do controle interno e da gestão.

- **Benefício Financeiro:** benefício que possa ser representado monetariamente e demonstrado por documentos comprobatórios, preferencialmente fornecidos pelo gestor, inclusive decorrentes de recuperação de prejuízos.
- **Benefício Potencial:** é aquele decorrente de orientação e/ou recomendação cujo cumprimento ainda não foi verificado.
- **Benefício Efetivo:** é aquele decorrente do atendimento comprovado à orientação e/ou recomendação da SFC, com real impacto na gestão pública.

Na tabela 11, fica demonstrado a quantificação e registro dos benefícios financeiros potenciais e/ou efetivos do controle interno – CGE/MT, referente ao exercício financeiro de 2020.

Objeto da Auditoria	Valor Auditado	Benefício Efetivo ou Potencial
Atuação aquisições relacionadas ao enfrentamento da Pandemia do Coronavírus - COVID 19,	210.356.675,40	14.041.992,16
Inspeção na Folha de Pagamento		397.042,68
Análise PDV EMPAER - recomendações de adequações no programa	195.242.296,00	15.619.383,68
Capacitação de 1913 servidores públicos através do programa CGE Orienta		573.900,00
Auditoria de Gestão de Pessoas. Análise da eficácia da gestão da folha de pagamento do Poder Executivo Estadual. Análise de eficiência da gestão da folha de pagamento dos servidores atuantes na Área Meio do Poder Executivo Estadual.	244.598.732,00	77.346.971,61
Auditoria no Contrato nº 062/2017/SETAS Concessão - PPP Ganha Tempo	512.145.983,00	13.107.916,48
Análise acerca da conformidade e legalidade dos valores pendentes de pagamento - 22 processos analisados	8.870.402,00	4.472.140,31
Orientação Técnica - procedimentos a serem adotados na efetivação da glosa em contratos administrativos		252.600,00
Análise do Contrato nº 12/2015/SEGES com o Banco do Brasil para centralização dos pagamentos e recebimentos	24.798.968,48	8.215.094,77
Auditoria de Segurança de Informação a fim de verificar a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade do Banco de Dados do SIMCAR.	7.100.000,00	
Revisão do Plano de Negócios Referencial do processo de concessão do Parque Estadual das Águas Quentes (PEAQ)		46.052.000,00
Revisão de valores relativos a locação de salas desmontáveis destinadas à utilização como salas de aula pela SEDUC/MT	11.705.680,56	6.417.248,74
Auditoria nos Débitos Tributários da EMPAER inscritos na Dívida Ativa da União.	120.079.887,80	48.031.955,12
Análise de despesas com custeio entre os meses de abril e julho de 2020.	73.703.678,71	18.682.013,15
Análise de encontro de contas MTI x Órgãos redução de pagamentos de tributos	66.987.202,44	5.290.230,76
Fornecimento de ativos de rede	1.500.000,00	180.000,00
Contratação de Fábrica de Software	60.000.000,00	7.200.000,00
TOTAL	R\$ 1.537.089.506,39	R\$ 265.880.489,46

Tabela 11 - Quantificação dos benefícios do controle interno

Além do benefício potencial do controle indicado na tabela acima, cabe destacar que os trabalhos de auditoria relativo ao levantamento de perdas, danos e multas do VLT CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. CONTRATO Nº 037/2012/SECOPA, apurou os valores brutos referentes a perdas, danos e multas no montante de R\$ 786.606.924,47.

Destaca-se também que o benefício potencial com a Auditoria no Contrato nº 062/2017/SETAS Concessão - PPP Ganha Tempo, ao longo de todo o período contratual (14 anos), pode alcançar o montante de 250.425.932,00

7. DIAGNÓSTICO DO CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO – CONACI

A Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT) está no melhor nível de estrutura dos órgãos centrais de controle interno do Poder Executivo dos estados e das capitais brasileiras. O diagnóstico foi realizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e pelo Banco Mundial. A divulgação do resultado ocorreu em dezembro de 2020 na 34ª Reunião Técnica do Conaci.



Numa escala de cinco níveis, a CGE-MT ficou no melhor deles, o nível A1. No levantamento, realizado com base nos modelos internacionais de controle interno desenvolvidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (Coso, na sigla em inglês) e pelo Instituto dos Auditores Internos (The IIA, na sigla em inglês), foram analisados cinco componentes: ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades preventivas e detectivas de controle; informação e comunicação, bem como o monitoramento.

O índice criado para avaliar o controle interno inicia-se em 0 (Ente federativo sem unidade controle interno) e vai até 1 (Ente federativo mais aderente as recomendações do controle interno).

Dos cinco componentes analisados, os componentes: monitoramento, atividades de controle, bem como informação e comunicação obtiveram a nota máxima. O componente avaliação de risco obteve a nota 0,853 que corresponde mais de 80% da nota. Já o componente ambiente de controle obteve a nota 0,5.

Todos os componentes foram destacados na matéria publicada no site da CGE www.controladoria.mt.gov.br. Entretanto, nesse ponto do relatório, iremos destacar o componente que obteve a menor nota, o ambiente de controle. Segundo definição do Diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno, o ambiente de controle é a base para toda a estrutura de controle interno e pode ser compreendido como a cultura de controle expressa pela organização. Ele fornece a disciplina e a estrutura, bem como o clima que influencia a qualidade geral do controle interno. O componente do ambiente de controle é dividido em dois subcomponentes, sendo o primeiro Cursos e Treinamento e o segundo denominado Integridade.

O subcomponente Integridade, do componente do Ambiente de Controle está relacionado as políticas finalísticas, uma vez que a integridade por sua vez é verificar as políticas considerando os resultados planejados e alcançados e fazer recomendações para melhorar as políticas públicas baseando-se nas evidências encontradas, além de incentivar denúncias de irregularidades, fraudes e desvios que porventura estejam a ocorrer no interior da organização. A integridade também engloba uma dimensão preventiva de fraudes, irregularidades, desvios, etc em seu escopo.

A atuação da CGE tem por objetivo elaborar um panorama de todos os subsistemas de gestão administrativo do Estado (pessoas, aquisições, convênios, financeiro, contabilidade, patrimônio e obras) por meio das chamadas avaliações de controle interno. Contudo, a CGE, tem em seu Plano de Trabalho Anual de 2020 a ação de Intensificação e aperfeiçoamento das atividades de controle preventivo (1160). Esta ação tem o seguinte desdobramento:

Subação 4: Intensificação da avaliação do controle das atividades finalísticas. Por sua vez, compreende as seguintes etapas:

- 1 – Mapear as atividades finalísticas;
- 2 – Avaliar os objetos e variáveis para estruturação da matriz de significância das atividades finalísticas;
- 3 – Realizar a avaliação de controle das atividades finalísticas.

Desse modo, observa-se que no Plano de Trabalho Anual da CGE ações relacionadas as atividades finalísticas.

No Planejamento Estratégico 2020-2024, o primeiro objetivo estratégico é o “Aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso” e o terceiro objetivo estratégico é “Fortalecer a gestão, aperfeiçoar os processos e o alcance dos objetivos organizacionais”. Pois, também, as atividades finalísticas são parte de dois objetivos estratégicos da CGE.

Desta forma, a CGE trabalha para aumentar sua nota no ambiente de controle intensificando suas capacitações e aumentando sua atuação na área finalística.

Apesar das dificuldades do ano de 2020, um ano totalmente atípico, a Controladoria Geral do Estado por ter um quadro de profissionais efetivos, qualificados e permanentemente atualizados, bem com uma estrutura de tecnologia da informação com constantes adequações, realizou a grande maioria das atividades programadas para o exercício, manteve a média das entregas dos produtos em relação aos anos anteriores e com a mesma qualidade. Assim sendo, encerramos o ano certos que contribuimos com os órgãos internos e externos na busca da efetividade das políticas públicas e na melhoria na prestação dos serviços públicos.

Cuiabá, 28 de janeiro de 2021.

EMERSON HIDEKI HAYASHIDA
Secretário-Controlador Geral do Estado

JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO
Secretário Adjunto de Auditoria e Controle

JOELCIO CAIRES DA SILVA ORMOND
Superintendente de Auditoria

NORTON GLAY SALES SANTOS
Superintendente de Desenvolvimento do Controle

BRENO CAMARGO SANTIAGO
Superintendente de Controle

GILMAR SOUZA DA SILVA
Superintendente de Atos e Auditoria de Pessoal

APRIGIO GUILHERME MIRANDA DE FREITAS
Superintendente de Inteligência